



ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Número: 01/2024 – 8ºGRR/UDT

Data: 04/06/2024

1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE: 8º/GRR/UDT

2. REFERÊNCIA: Processo nº 59580.000485/2024-86

3. HISTÓRICO E/OU DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Desde 2012, a Codevasf, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do então Ministério da Integração Nacional, atualmente Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), vem executando ações que contemplam o eixo da inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal integrado ao Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL), o que inicialmente objetivou atingir cerca de 7,53 milhões de brasileiros de baixa renda que vivem no campo, em que a maioria está concentrada na região Nordeste do Brasil.

Desde 2013, a 8ª Superintendência Regional da Codevasf vem desenvolvendo ações referente a diversos arranjos produtivos de mecanização agrícola em sua área de atuação, no estado do Maranhão, o que inicialmente contemplou parte dos municípios inclusos, geograficamente, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim, tendo implantado ações produtivas, estruturantes, das atividades referentes a inclusão produtiva, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e por meio de emendas parlamentares, ações essas que vêm sendo executadas pela 8ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial, por meio de sua Unidade de Desenvolvimento Territorial.

Em 2018, a Codevasf passou a atuar em todo o estado do Maranhão e estas ações passaram a ser desenvolvidas também nas demais bacias hidrográficas do Estado.

Dentre as áreas técnicas da empresa, compete à Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial a execução regional das ações de revitalização, saneamento básico, apoio ao desenvolvimento territorial, produtivo, urbano e rural, conservação e licenciamento ambiental.

O apoio às atividades produtivas é uma das estratégias da Codevasf para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, dos pequenos produtores das comunidades rurais de sua área de atuação (Figura 1). Nesse sentido, o suporte às atividades produtivas, por meio de apoio às unidades de produção, de beneficiamento e/ou de comercialização dos produtos, por meio do fornecimento de veículos, máquinas, implementos, materiais e insumos; da implantação/construção de estruturas de produção, processamento, beneficiamento, promovem melhoria das condições de produção, por sua vez, melhoria das condições de vida da população com geração de emprego e renda, exploração racional e sustentável dos recursos naturais.



Figura 1 - Algumas das atividades produtivas apoiadas pela Codevasf

Nessa perspectiva, as atividades produtivas são apoiadas e estruturadas, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são atividades estruturadas, com um número significativo de empreendimentos no território onde indivíduos atuam em torno de uma atividade produtiva predominante compartilhando formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

As ações da Codevasf que apoiam os APLs visam estruturar a produção nas cadeias produtivas notadamente na agricultura familiar, de modo a promover a melhoria das condições de produção, e consequentemente melhorar as condições de vida da população com geração de emprego e renda, uso racional e sustentável dos recursos naturais, dentre outros.

Vale destacar que, por se tratar de ações dinâmicas, o apoio aos APLs ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da Codevasf tendo em vista que as atividades produtivas, como a produção de alimentos, estão em constante modernização e adequação às necessidades da população local, nacional e mundial.

Portanto, a aquisição dos bens justifica-se pela necessidade de implantação de ações de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no estado do Maranhão, o que fortalecerá a capacidade produtiva dos municípios, que receberão os equipamentos necessários à uma produção perene, implantação de infraestrutura social de apoio à produção e desenvolvimento regional, permitindo uma melhoria na qualidade de vida nos municípios sob atuação da Codevasf/8ªSR.

4. FINALIDADE – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Caracterização socioeconômico do Estado do Maranhão

A elaboração deste Estudo visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando à seleção de empresas para o fornecimento, transporte, carga e equipamentos destinados à implantação de ações de inclusão produtiva na área de atuação da Codevasf no estado Maranhão.

As políticas públicas voltadas para a solução das carências dos municípios no Estado do Maranhão, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda carecem de ações que melhorem os indicadores econômicos e sociais da região. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre gestores, políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de driblar a escassez de recursos e melhorar a qualidade de vida da população.

A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Companhia vem ampliando as suas ações apoiando organizações de produtores, com a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, bovinocultura, aquicultura, pesca, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar e na infraestrutura urbana e rural.

O IBGE, através da Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho de 1990, divide o estado do Maranhão em 5 mesorregiões e 21 microrregiões geográficas e as define como “um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração”. Com isso, as microrregiões são partes das mesorregiões e apresentam especificidades quanto a estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo, entre outros. Podem ainda resultar de fatores naturais, como relevo, clima ou de relações sociais e econômicas particulares.

O estado do Maranhão é o décimo segundo estado mais populoso do Brasil, apresentando uma população estimada em 6.775.805 habitantes, divididos em 217 municípios. De acordo com o Censo (2010), 36,92% da população habita nas zonas rurais do Estado. Trata-se do estado brasileiro com o maior percentual da população vivendo em áreas rurais, possuindo, inclusive, diversos municípios em que a população rural é superior a urbana.

Segundo o IBGE (2021), o Maranhão apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano/IDH do Brasil, 0,676. Dentre os 217 municípios do Estado, quase 72% estão na faixa baixa ou muita baixa do IDHM (Figura 2).

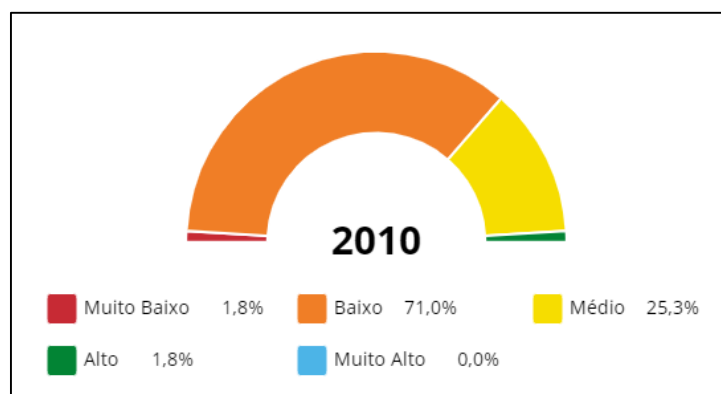


Figura 2. Distribuição dos municípios por faixa do IDHM no Maranhão (AtlasBR, 2024).



Sobre o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* do Estado, os dados do IBGE apontam que, em 2023, este era de R\$ 945,00, o mais baixo do país, com cerca de 26,8% de pessoas ocupadas formalmente (IBGE, 2016).

Segundo o último censo agropecuário (2017), 59,04% da assistência técnica recebida pelos agricultores familiares do Maranhão tem origem no Governo, evidenciando uma carência de estruturação logística e inserção de mercado para o desenvolvimento das atividades produtivas e melhoria da infraestrutura.

Ainda assim, de acordo com os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE, de dezembro de 2023, o Maranhão encerrou a safra com cerca de 6,4 milhões de toneladas de grãos (Tabela 1). Já em 2024, a perspectiva é que a colheita seja menor que no ano passado, pois aponta uma queda de 1,5% até o fim do ano.

Tabela 1. Estimativa da produção das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão e taxa de crescimento anual - 2023, jan./2024 e fev./2024 - em toneladas.

Lavoura	Estimativa LSPA			Taxa cresc. (c/a) (%)
	2023 (a)	jan24 (b)	fev/24 (c)	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	6.537.881	6.303.237	6.440.508	-1,5
Algodão herbáceo	69.174	69.436	69.436	0,4
Amendoim	168	164	164	-2,4
Arroz	175.893	155.689	155.689	-11,5
Feijão	26.504	27.475	27.475	3,7
Milho	2.479.323	2.284.951	2.292.957	-7,5
Soja	3.765.180	3.743.730	3.872.995	2,9
Sorgo	21.639	21.792	21.792	0,7
Cana-de-açúcar	2.743.828	2.704.982	2.704.832	-1,4
Mandioca	398.418	404.953	404.953	1,6

Fonte: Elaboração própria com base no LSPA/IBGE (2023a).

Nota: *61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações técnicas do IBGE.

Na pecuária, foram produzidos 188 milhões de litros de leite de vaca e 11 milhões de dúzias de ovos, em um efetivo de 5,4 milhões de bovinos e 9,6 milhões de cabeças de aves no geral (Censo Agropecuário, 2017).

Entretanto, quando se trata de agricultura familiar, 62,9% têm como finalidade principal destinar a produção para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor; e 37,1% têm como finalidade principal destinar parte da produção para a comercialização (IBGE, 2017), demonstrando a existência de agricultura de subsistência. Fato é que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, em 47,73% dos estabelecimentos agropecuários do Maranhão, a renda obtida com essas atividades é menor que outras rendas adquiridas pelo produtor.

No Censo Agropecuário de 2017, foram visitados 219.765 estabelecimentos rurais no estado do Maranhão, sendo que desses, 187.118 foram classificados como sendo de agricultura familiar, correspondendo a 85,14% (IBGE, 2017). O Maranhão é o quarto estado do Nordeste com o maior



percentual de estabelecimentos de agricultores familiares, ficando atrás dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. Entretanto, apenas 25,69% do valor total da produção é originário da agricultura familiar do Maranhão (IBGE, 2017).

Sendo assim, a principal alternativa para desenvolver a agricultura familiar dos municípios é a utilização das políticas públicas para a melhoria da tecnologia, e promoção de produtos e mercados alternativos. As recentes ações voltadas para a solução das carências dos municípios no Estado de Maranhão, apesar de terem proporcionado alguns progressos, necessitam de apoio contínuo que possam vir, num horizonte de médio a longo prazo, melhorar os indicadores econômicos e sociais da região.

Ciente de tais deficiências, a Codevasf vem desenvolvendo nos últimos anos um trabalho continuado de fomento à formação de infraestrutura nos municípios e comunidades rurais na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, por meio da doação de máquinas e equipamentos de APL, criando assim, um ambiente favorável à melhoria de qualidade de vida das famílias, proporcionando melhores condições de permanência do homem no campo.

Desta forma, a contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em promover a melhoria das condições da produção da agricultura familiar. O fornecimento destes bens contribuirá para o fortalecimento da capacidade produtiva dos municípios e organizações que receberão os equipamentos, aumentando a eficiência da produção, reduzindo custos, promovendo o comércio e desenvolvimento local.

5. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Diante da demanda apresentada, a qual se deu a partir da solicitação realizada pela 8ª Gerência Regional de Estratégia e Finanças - 8ª/GRG (peça 01), após o esgotamento do saldo de vários itens das atas vigentes na 8ª/SR, havendo ainda demanda parlamentar a ser atendida.

A aquisição desses equipamentos também deve seguir orientações técnicas, a partir de características que garantam a qualidade, durabilidade e funcionalidade para o tipo de material demandado. Essas especificações técnicas são fundamentais para a garantia do alcance dos objetivos da ação aqui descrita. Portanto, para a aquisição dos itens solicitados, existem as seguintes formas legais: realização de licitação; adesão em licitação já realizada por outro órgão público; ou compra direta, com dispensa de licitação.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Solução	Descrição da solução (ou cenário)
1	Realização de Licitação, especialmente através de Pregão Eletrônico, para constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP – o qual constitui Ata com preços válidos por período de até um ano e que possui como objetivo o fornecimento dos itens demandados.



2	Adesão em Ata de Registro de Preços de outro órgão público, na qual estejam disponíveis os bens com as especificações técnicas desejadas.
3	Dispensa de Licitação, a qual pode ser realizada para aquisição de bens móveis com valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução já se encontra implantada em áreas de abrangência da 8ª Superintendência?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3			X
A Solução acrescentará os benefícios pretendidos?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3			X
A Solução está em consonância com tempo razoável de execução?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3			X
A solução é prática e executável de forma segura para os trabalhadores e beneficiados?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3			X
A solução requer autorização de órgão ambientais e de segurança (corpo de bombeiros) para liberação de sua execução?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	

Após análise das soluções apresentadas, verificou-se que, por conta do limite de valor estabelecido pelas normas legais vigentes, a solução 3 deve ser descartada, pois não será possível a aquisição do quantitativo do item demandado. Também deve ser destacada a solução 2, tendo em vista não haver ata vigente que possibilite a aquisição no quantitativo desejado. Verifica-se, portanto, que, para o atendimento de toda esta demanda, deve-se adotar a solução 1, realização de licitação por meio de Pregão Eletrônico, para constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A adoção do Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:



I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A quantificação das necessidades foi feita baseando-se nas demandas crescentes apresentadas nos últimos anos e na demanda represada, tendo em vista o fim do saldo das atas, a desistência de algumas fornecedoras e os pedidos dos parlamentares e TEDs cujos recursos estão na iminência de aporte.

De acordo com os dados levantados junto aos setores competentes, nos últimos anos foram adquiridos por meio de registros de preços próprios e adesões a outras atas os seguintes quantitativos:

Tabela 2. Histórico e estimativa de equipamentos de APL adquiridos ao longo dos anos pela Codevasf/8ªSR.

Equipamentos	Ano de aquisição						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Kit de irrigação localizada por gotejamento, capacidade para irrigar uma área de 500m²	1.399	0	1.000	1.200	1.200	1.190	2.000
Bomba d'água elétrica periférica de 1 a 1", 1/2 HP	1.635	0	762	0	1.200	1.055	2.000
Caixa d'água de polietileno, com tampa, capacidade para 500 litros	1.365	0	735	300	1.200	1.065	2.200
Barraca de feira livre	463	0	664	600	600	596	1.000

¹Quantidades estimadas.



8. LEVANTAMENTO DE CUSTOS DE MERCADO E DADOS OFICIAIS:

Utilizou-se como método para obtenção do preço estimado, aquele definido pela Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (N-440), aprovada pela Resolução nº 117/2023 - PR/GB.

Segundo a referida norma, “a determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada utilizando, preferencialmente de maneira combinada, as seguintes fontes de preços:

a) preço de sistemas oficiais de referência (como o SINAPI e SICRO) com valores atualizados no momento da pesquisa;

b) contratações similares feitas pela Codevasf ou outro ente da Administração Pública (preço de licitações anteriores), em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, priorizando contratações realizadas no mesmo estado e, subsidiariamente, em estados adjacentes ou na mesma região; e

c) cotação direta de mercado, mediante solicitação formal de cotação, preferencialmente por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha dos fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, devendo ser consultados, no mínimo, 3 (três) fornecedores, e preferencialmente pelo menos 5 (cinco) fornecedores a fim de aplicar o saneamento das cotações.”

O preço final estimado dos itens foram obtidos a partir da média ou mediana dos valores consolidados (licitações anteriores, sistema de referência e cotações de mercado), com justificativas em caso de ausência ou exclusão de valores, observando-se os parâmetros de exclusão de preços inexequíveis ou excessivamente elevados em cotações diretas de mercado, conforme item 4.3 da norma citada. Por fim, para atualização dos preços de licitações anteriores utilizou-se o índice nº 1416650, publicado pela FGV, até a data-base de março/2024.

9. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado para o registro de preços é de **R\$ 4.129.204,00 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e quatro reais)**, conforme quantidades e valores registrados na Tabela 3 por item e equipamento, a preços de maio de 2024.



Tabela 3. Levantamento de custos de mercado.

ITEM	EQUIPAMENTOS	UNID.	QTD	PREÇO UNITÁRIO APÓS ANÁLISE	TOTAL POR ITEM FINAL
1	Kit de irrigação localizada por gotejamento, capacidade para irrigar uma área de 500m²	un	2.000	R\$ 973,47	R\$ 1.946.940,00
2	Bomba d'água elétrica periférica de 1 a 1", 1/2 HP	un	2.000	R\$ 313,20	R\$ 626.400,00
3	Caixa d'água de polietileno, com tampa, capacidade para 500 litros	un	2.200	R\$ 196,52	R\$ 432.344,00
4	Barraca de feira livre	un	1.000	R\$ 1.123,52	R\$ 1.123.520,00
				Valor Total	R\$ 4.129.204,00

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está prevista a contratação parcelada do quantitativo total licitado, com celebração de contrato ou emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizado separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, pode ser utilizada para adesão na ARP por outras unidades da Codevasf, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado do Maranhão, e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da Codevasf, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.



Entretanto, convêm-se destacar o que versa a Orientação Normativa nº 20, de 25 de janeiro de 2022, da Advocacia-Geral da União: "Não é admitida a adesão por parte de órgãos públicos da Administração Direta Federal, à atas de registro de preços gerenciadas por empresas públicas e sociedades de economia mista, cujas contratações decorrentes sejam lastreadas na Lei nº 13.303/2016.". Sendo esse também o posicionamento da Codevasf, por meio do Parecer PR/AJ/RLB n.º: 446/2022, podendo ser adotada recomendação contida no Parecer, de se solicitar a manifestação jurídica do órgão/entidade da administração direta federal para adesão das atas da Codevasf.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

Verifica-se no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026, que a Codevasf tem como uma das linhas de negócio a Economia Sustentável, setor de Inclusão Produtiva, com ações no apoio à estruturação de Arranjos Produtivos Locais, com doação de máquinas e equipamentos agrícolas para estruturação de atividades agrícolas. Trata-se do objetivo estratégico "OE19 - Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva Sustentável", cuja finalidade é a estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social, de forma a ampliar o rendimento e a manter o trabalhador no campo, proporcionando acesso aos meios de produção, aos mercados e incentivando a produção para o próprio consumo e comercialização (Quadro 1).

Perspectiva	
Beneficiários	
Objetivo Estratégico	
OE19 - Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva Sustentável	
Descrição do Objetivo Estratégico	
Visa a estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social. O aumento da produção com a preservação do meio ambiente, de forma a ampliar o rendimento e a manter o trabalhador no campo, proporcionando acesso aos meios de produção, oferecendo assistência técnica associada ao acompanhamento de famílias, favorecendo o acesso aos mercados e incentivando a produção para o próprio consumo.	
Coordenador do Objetivo	Áreas Envolvidas
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas	-
Produtos	
<ul style="list-style-type: none">Atividades produtivas implantadasArranjos produtivos estruturados	
Público alvo	
População dos municípios beneficiados com as intervenções de projetos de desenvolvimento local Codevasf	
Benefícios esperados	
<ul style="list-style-type: none">Geração de emprego e rendaMelhoria dos índices locais de qualidade de vidaContribuir para geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadasAumento da produção agrícola	

Quadro 1. Objetivos estratégicos do PEI da Codevasf.



13. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Espera-se com as contratações, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como a melhoria na qualidade de vida de famílias em diversos municípios da área de atuação da Codevasf/8ªSR, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Poderão ser beneficiadas diretamente 3.000 famílias por meio do fornecimento de equipamentos e materiais destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas. Desta forma, a empresa poderá cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive observando-se as políticas de responsabilidade ambiental.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a aprovação da Diretoria Executiva, do setor de licitações, do setor jurídico, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação se mostra viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação, tendo em vista ainda as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias, consoante com a missão da Codevasf em promover o desenvolvimento regional.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o compromisso da Codevasf para com a melhoria nas condições socioambientais e econômicas dos municípios de sua área de atuação, entende-se necessária a realização do SRP, visando a aquisição de diversos itens voltados para melhorias das condições de produção da agricultura familiar, destinados à implantação de ações de inclusão produtiva em diversos municípios localizados na área de atuação da Codevasf no estado do Maranhão.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Anderson Vinnicius de Arruda Machado
8ª/GRR/UDT - Chefe

DE ACORDO:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Adenilson Kerlisson Carvalho de Oliveira
8ª/GRR - Gerente Regional

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Clovis Luis Paz Oliveira
8ªSR - Superintendente Regional -

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE



18. REFERÊNCIAS

CODEVASF. Estruturação de Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/economia-sustentavel/arranjos-produtivos-locais>>. Acesso: 22 mai. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 22 mai. 2024.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/21>>. Acesso em: 22 mai. 2024.